

Otimismo cauteloso

Com a adesão da Inglaterra aos esforços realizados pelo Brasil para um acordo com o Clube de Paris, o problema da dívida externa brasileira encaminha-se na direção de perspectivas promissoras. De fato, a cordialidade demonstrada pelo primeiro-ministro John Major, ao receber o ministro Marcílio Marques Moreira, em Londres, foi seguida por claros sinais em favor de um acordo com as instituições oficiais de crédito e os bancos privados europeus.

Calcula-se em torno de 45 bilhões de dólares os compromissos pendentes junto aos associados do Clube, isto é, as agências públicas de crédito e financiamento, e com os credores particulares. Assim como em relação ao Fundo Monetário Internacional, o Governo brasileiro propôs a liquidação progressiva dos saldos em vermelho com base no programa interno de estabilização da economia. A proposta final brasileira, a ser apresentada entre os dias 24 e 25 do corrente, procura compatibilizar os interesses dos credores com a capacidade financeira interna.

Ainda que de forma cautelosa, os fatos autorizam conservar otimismo em relação ao desdobramento das negociações. Sabe-se que os propósitos estratégicos do Governo é encerrar o contencioso com a comunidade financeira internacional, em parte provocado pela suspensão dos pagamentos de juros da dívida a partir de julho de 1989 e retomados em meados de 1990.

A filosofia hoje predominante no Brasil, até entre os segmentos ideológicos de esquerda mais conscientes, é a de que é imperiosa a reinserção da economia no contexto mundial. Poucos se atrevem a contestar a existência hoje de "um mundo só", conforme a abordagem utópica de Will Durant, já lá se vão mais de 50

anos. O desmoronamento das táticas mercantilistas de natureza alfandegária é atualmente imposição de uma ordem erguida no mesmo instante em que ruía o Muro de Berlim e esfacelava-se o modelo socialista de planejamento central da economia.

Mas só faz sentido o esforço nacional em estabelecer conexões regulares com o sistema financeiro e os mercados mundiais em presença de mudanças profundas no tratamento dispensado às questões estruturais de natureza econômica. Aberto à colaboração e ao livre intercâmbio, o Brasil cultiva sólidas convicções sobre as regras de reciprocidade. Tem o direito de esperar fluxos adequados de investimentos externos em seu processo de desenvolvimento, com o sentido de mão dupla, quer dizer, em mútuo benefício.

Seguramente, a abertura aos capitais de risco não é uma alternativa concebida para merecer o favor internacional. Insere-se no quadro geral da economia mundial como agente potencializador do desenvolvimento econômico multilateral. Nesse sentido, o Brasil apresenta condições excepcionais para a lucratividade das aplicações, em face de infindáveis hipóteses de fecundação de riquezas.

As inspirações subjacentes à celebração de acordos para composição da dívida externa não podem ignorar a premente necessidade de o Brasil retomar o seu processo de crescimento, até mesmo como garantia ao cumprimento de todas as metas pactuadas com o FMI e ao atendimento ao cronograma de amortização. Por todos esses pressupostos, os acontecimentos em curso, embora promissores, sugerem, por enquanto, um otimismo cauteloso. Deve-se, portanto, aguardar o futuro imediato com confiança, mas com os pés no chão.